



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezados Acionistas,**  
A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("X RTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2024.

#### 1) A COMPANHIA

A X RTE, foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas.

#### 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:  
Extensão de linhas em km: 2.792  
Tensão em kV: 500/800  
Subestações próprias: 1

#### 3) DESEMPENHO FINANCEIRO

**3.1) Receita:** A Resolução Homologatória nº 3.348 publicada em 16 de julho de 2024, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2024/2025, com acréscimo na RAP de R\$ 64.372.352, vide nota explicativa 1.2.

#### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

	2024	2023
• Liquidez geral	1,50	1,50
• Liquidez corrente	4,57	4,69
• Relação patrimônio líquido/ativo	33,50%	33,49%
• Relação passivo não circulante/ativo	62,67%	62,87%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	15,66%	16,40%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	33,10%	34,71%
Ativos totais - R\$	14.412.424.459	14.177.565.935
Lucro Líquido do exercício - R\$	756.155.130	778.850.170

#### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos últimos anos, implementamos melhorias contínuas e seguimos evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estamos integrando, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Comitê Sênior de Gestão (SMC) e Conselho Fiscal (CF).

**4.1) Conselho de Administração:** O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da SGBH. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial da SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da SGBH e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. **4.2) Comitê Sênior de Gestão (SMC):** O Comitê Sênior de Gestão (SMC) é o principal órgão de gestão executiva da SGBH, definido em seu estatuto social como a Diretoria Executiva. Os seis membros são nomeados por deliberações do BoD e possuem mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O SMC também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades estão a definição do planejamento estratégico da SGBH, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. **4.3) Conselho Fiscal (CF):** Conselho Fiscal (CF) é o órgão responsável pela fiscalização da gestão da Companhia, dando pareceres sobre relatórios e propostas da administração, além de acompanhar auditorias externas. Seus membros são nomeados pelos acionistas para o mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. A gestão de riscos permeia todas as etapas dos projetos e processos em busca de eficiência, eficácia e ação integrada. Para intensificar nossa gestão e construir um ambiente de controles internos robustos, contamos com uma área dedicada que apoia toda a SGBH em adotar rigorosos padrões e as melhores práticas de mercado. A mitigação é feita por um processo contínuo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos e operacionais. Em 2024, iniciamos a migração da metodologia COSO para a ISO 31000, que traz uma abordagem mais sistemática e alinhada aos desafios atuais da Companhia, representando um amadurecimento significativo para a nossa gestão de riscos. A gestão dos riscos e a implementação dos planos de controle e mitigação constituem responsabilidades das áreas administrativas e operacionais. Para garantir a eficácia das ações, as auditorias internas acompanham os indicadores, que são também acompanhados periodicamente pelo SMC em reuniões entre líderes e gestores. Indo além da abordagem corporativa, adotamos pela primeira vez uma visão específica de gestão de riscos para projetos. Esse modelo foi aplicado ao projeto GATE, uma das maiores obras de infraestrutura do setor elétrico do Brasil. A metodologia desenvolvida para a GATE vem sendo adaptada para outros projetos da companhia e demonstra o compromisso em expandi-la como uma prática para ampliar a excelência em nossos empreendimentos.

#### 5) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE

Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam todas as decisões e o relacionamento com stakeholders. Agimos para assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da Companhia. Nosso Código de Ética e Conduta traz diretrizes claras de cumprimento das leis nacionais e internacionais, além de promover os valores institucionais de segurança, comprometimento, dedicação, profissionalismo, comunicação e aprimoramento contínuo. O Código apresenta exemplos práticos de condutas esperadas, funcionando como um

guia acessível a todos. Para garantir sua aplicação, oferecemos treinamentos on-line com testes de conhecimento e exigimos que todos os colaboradores, ao ingressarem na SGBH, assinem formalmente o compromisso de aderir aos seus princípios. Disponível aos públicos internos e externos, o Canal de Ética funciona de forma segura, anônima e independente para o registro de denúncias. As manifestações são investigadas e monitoradas pela Divisão de Compliance e Privacidade da SGBH que, após avaliação inicial, as encaminha ao Comitê de Ética quando comprovada a ocorrência de irregularidade. O processo é encerrado após a apresentação de evidências relevantes e a implementação de ações disciplinares sugeridas, com a aprovação final do relatório de compliance. Promovemos comunicações e treinamentos sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção, atingindo todos os colaboradores. Os cursos passaram a fazer parte do processo de integração e, dentre os colaboradores ativos, 100% das lideranças e 96% de não lideranças concluíram os treinamentos, com pendências motivadas por ausências ocasionais, como licenças, férias e contratações próximas ao encerramento do ano de 2024. Para parceiros de negócios, utilizamos um vídeo instrucional e o Código de Ética voltado aos fornecedores, disponíveis em nosso website. Em 2024, a SGBH não se envolveu em casos de corrupção, e nenhuma penalidade ou medida disciplinar relacionada a esse tema foi aplicada.

#### 6) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Em 2024, o Grupo SGBH investiu em iniciativas como educação ambiental, comunicação com comunidades e monitoramento de áreas de alta biodiversidade. Nossas ações são guiadas pelas diretrizes estabelecidas no licenciamento de cada projeto, visando prevenir, mitigar e compensar possíveis efeitos sobre o meio ambiente e as populações locais. As condicionantes incluem o monitoramento de fauna, flora, ocorrência de processos erosivos e nível de ruído, além do reflorestamento de áreas degradadas e a gestão de resíduos de efluentes.

#### 7) SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

Em 2024 a Companhia teve como auditor independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes Ltda. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente. Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, os auditores independentes da Companhia exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de Auditoria Externa Auditor Independente	2024
KPMG Auditores Independentes	1.151.309
<b>Total</b>	<b>1.151.309</b>

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

#### 8) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	217.483.607	534.300.930	Fornecedores - terceiros	12	70.522.702	106.898.623
Títulos e valores mobiliários	8	565.441.822	200.090.102	Fornecedores - partes relacionadas	22.2	19.665.674	19.478.332
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	9	179.957.678	193.787.114	Obrigações Sociais e trabalhistas		8.646.158	7.872.665
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	638.541	424.663	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	13	377.728.997	334.761.858
Almoxarifado		30.403.035	20.890.687	Imposto de renda e contribuição social a pagar		33.678.109	13.322.593
Adiantamento a fornecedores		350.571	567.205	Outros impostos a pagar		17.762.028	17.309.447
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	76.585.522	71.318.479	Taxas regulamentares		17.759.901	16.228.109
Outros impostos a recuperar	10	2.691.144	2.177.681	Dividendos propostos	16.e 22.2	6.406.606	-
Despesas antecipadas		4.109.915	4.128.172	<b>Total passivo circulante</b>		<b>552.170.175</b>	<b>515.871.627</b>
Ativos de contrato	11	1.428.753.606	1.378.972.692	<b>Passivo não circulante</b>			
Outros ativos circulantes		16.390.286	12.893.228	Empréstimos e financiamentos - Terceiros	13	6.179.873.480	6.239.790.977
<b>Total ativo circulante</b>		<b>2.522.805.727</b>	<b>2.419.550.953</b>	Impostos diferidos	14	2.840.054.379	2.659.776.137
<b>Ativo não circulante</b>				Outras provisões - compensação ambiental		11.243.004	11.922.706
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão para contingências	15	1.473.700	2.241.672
Títulos e valores mobiliários	8	184.243.632	191.391.161	<b>Total passivo não circulante</b>		<b>9.032.644.563</b>	<b>8.913.731.492</b>
Ativo de contrato	11	11.703.650.973	11.563.623.321	<b>Patrimônio líquido</b>			
Outros ativos não circulantes		891.111	1.810.495	Capital social	16.a	2.291.001.000	2.291.001.000
<b>Total realizável a longo prazo</b>		<b>11.888.785.716</b>	<b>11.756.824.977</b>	Reserva legal	16.b	201.770.731	163.962.975
Imobilizado		751.571	771.712	Reserva de lucros	16.c	2.125.770.476	2.161.618.126
Intangível		81.445	418.293	Reserva de incentivos fiscais	16.d	209.067.514	131.380.715
<b>Total</b>		<b>833.016</b>	<b>1.190.005</b>	<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>4.827.609.721</b>	<b>4.747.962.816</b>
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>11.889.618.732</b>	<b>11.758.014.982</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>14.412.424.459</b>	<b>14.177.565.935</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14.412.424.459</b>	<b>14.177.565.935</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	1.855.959.772	1.833.842.423
Custo da operação	18	(135.365.236)	(117.726.417)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.720.594.536</b>	<b>1.716.116.006</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(119.709.603)	(64.842.802)
Outras receitas (despesas) operacionais		(3.010.707)	(3.327.329)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>1.597.874.226</b>	<b>1.647.945.875</b>
<b>Resultado financeiro</b>	20	<b>(568.281.412)</b>	<b>(594.743.658)</b>
Receita financeira		105.016.732	72.041.284
Despesa financeira		(673.298.144)	(666.784.942)
<b>Resultado antes dos impostos sobre o lucro</b>		<b>1.029.592.814</b>	<b>1.053.202.217</b>
IRPJ e CSLL correntes	21	(115.211.960)	(65.514.797)
IRPJ e CSLL diferidos	21	(158.225.724)	(208.837.250)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>756.155.130</b>	<b>778.850.170</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>756.155.130</b>	<b>778.850.170</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<b>756.155.130</b>	<b>778.850.170</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>1.029.592.814</b>	<b>1.053.202.217</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13	669.128.589	662.430.909
Depreciação e amortização		490.463	730.029
Baixa de imobilizado e intangível		1.645.181	-
Rendimento títulos e valores mobiliários		(60.837.006)	(6.768.863)
Provisão para perda de crédito esperada	9	56.924.326	259.612
Provisão (reversão) para contingência	15	(765.980)	(565.015)
Outras provisões - compensação ambiental		519.908	587.310
Custo de transação de financiamento	13	2.085.490	2.085.490
PIS e COFINS diferido		19.701.574	21.614.698
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias		(43.094.890)	(31.706.134)
Contas a receber - partes relacionadas		(213.878)	298.215
Ativos de contrato	11	(189.808.566)	(205.588.831)
Almoxarifado		(9.512.348)	(7.701.870)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(5.267.043)	(23.951.498)
Outros impostos a recuperar		(513.463)	2.857.528
Adiantamentos a fornecedores		216.634	1.470.039
Despesas antecipadas		18.257	-
Outros ativos		(2.577.674)	(2.006.132)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores - terceiros		(36.375.921)	(52.088.701)
Fornecedores - partes relacionadas		187.342	(9.763.348)
Provisão para contingências		(1.991)	-
Compensação ambiental		(1.199.612)	(2.265.358)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(16.178.810)	7.933.091
Outros impostos a pagar		452.581	68.402
Taxas regulamentares		1.531.792	2.882.149
Obrigações Sociais e trabalhistas		773.493	321.782
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>1.416.921.262</b>	<b>1.414.335.721</b>
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(76.326.689)	(63.549.187)
Juros pagos	13	(357.685.919)	(358.191.399)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>982.908.654</b>	<b>992.595.135</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de Imobilizado e intangível		(1.778.655)	-
Aplicação de Títulos e valores mobiliários		(1.152.623.547)	(293.855.123)
Resgate de Títulos e valores mobiliários		855.256.362	69.565.244
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(299.145.840)</b>	<b>(224.289.879)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Empréstimos pagos	13	(330.478.518)	(303.917.193)
Dividendo pagos	16	(670.101.619)	(109.059.033)
Juros sobre capital próprio pagos		-	(13.181.912)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento (Redução)/Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>(1.000.580.137)</b>	<b>(426.158.138)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>(316.817.323)</b>	<b>342.147.118</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>217.483.607</b>	<b>534.300.930</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Reservas de Lucros				Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de incentivos fiscais		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.291.001.000</b>	<b>125.020.466</b>	<b>1.619.407.885</b>	<b>58.250.460</b>	<b>-</b>	<b>4.093.679.811</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	778.850.170	778.850.170
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 16.b)	-	38.942.509	-	-	(38.942.509)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 16.d)	-	-	-	73.130.255	(73.130.255)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 16.e)	-	-	-	-	(15.508.132)	(15.508.132)
Constituição de reserva de lucros (Nota explicativa 16.c)	-	-	651.269.274	-		



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

**2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

**2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

#### 3. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

**Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2024, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia concluiu que tais alterações relacionadas a classificação e divulgação dos passivos circulantes e não circulantes não trouxe impacto na elaboração destas demonstrações financeiras.

#### 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

#### 5. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **5.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **5.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contratual, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **5.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência que é feita

através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base. • Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

#### 6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **(b) Outras normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

#### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	683.474	112.889.285
Aplicações financeiras (i)	216.800.133	421.411.645
<b>Total</b>	<b>217.483.607</b>	<b>534.300.930</b>

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES e das Debêntures em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,63% do CDI em 2024 e de 103,43% do CDI em 2023. Em 2024, houve um aumento do pagamento de dividendos se comparado a 2023 e das despesas operacionais, o que justifica a variação de bancos. Com relação às aplicações financeiras, a redução é devido a transferência dos saldos para CDB de curto prazo em títulos e valores mobiliários aproveitando condições de prazo e taxa melhores.

**7.1 Política contábil:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

#### 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Curto Prazo</b>	<b>565.441.822</b>	<b>200.090.102</b>
Aplicação Banco Pactual CDB - XRTE (i)	565.441.822	200.090.102
<b>Total</b>	<b>565.441.822</b>	<b>200.090.102</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>184.243.632</b>	<b>191.391.161</b>
Conta reserva - Financiamentos (ii)	184.243.632	191.391.161
<b>Total</b>	<b>184.243.632</b>	<b>191.391.161</b>

(i) No dia 31/10/2024 devido as condições de prazo e taxa oferecidos, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco BTG com prazo de 180 dias com vencimento em 29/04/2025; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante de R\$ 250.000.000 a uma taxa de 102,0% do CDI. Nos dias 29/11/2024 e 30/12/2024 devido as condições de prazo e taxa oferecido, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco BTG com prazo de 120 dias e com vencimentos em 01/04/2025 e 02/05/2025; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante de R\$ 310.000.000 a uma taxa de 101,5% do CDI. (ii) Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 13). Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3, a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3, a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

#### 9. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	168.291.382	165.570.196
Vencidas até 30 dias (i)	4.947.566	564.037
Vencidas até 60 dias	5.313.695	5.212.995
Vencidas até 90 dias	4.761.292	12.406.433
Vencidas até 180 dias	8.844.534	7.146.376
Vencidas até 360 dias (ii)	17.725.506	1.675.980
Vencidas há mais de 360 dias (ii)	38.040.363	12.253.431
<b>Total</b>	<b>247.924.338</b>	<b>204.829.447</b>
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (iii) (67.966.660) (11.042.333)		
<b>Total contas a receber</b>	<b>179.957.678</b>	<b>193.787.114</b>

(i) Aumento em 2024 devido faturamento emitido para a Geradora Norte Energia - Belo Monte ainda não recebido; (ii) O aumento em 2024 está relacionado principalmente às provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia. Esses valores, que no encerramento de 2023 eram parcialmente classificados como vencidos até 90 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2024, novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Grupo Qinturará, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Elevanta, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia. (iii) Variação refere-se às provisões para perdas de crédito esperada de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Exus, Newen Energies, Norte Energia e UTE Fortaleza. Em função

#### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
BNDES subcrédito A e B (c)	nov/18	out/42	SGBH	IPCA+5,62%	5.302.723.833	5.342.399.732
BNDES subcrédito C (c)	Jun/20	Out/38	SGBH	IPCA +5,22%	1.339.333	1.370.072
Debêntures (d)	Jul/21	dez/34	SGBH	IPCA+4,8304%	1.253.539.313	1.230.783.031
<b>Total</b>					<b>6.557.602.477</b>	<b>6.574.552.835</b>
Circulante					377.728.997	334.761.858
Não circulante					6.179.873.480	6.239.790.977
<b>Total</b>					<b>6.557.602.477</b>	<b>6.574.552.835</b>

#### b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final
BNDES	Bruto 31/12/2023	5.343.769.804	546.960.725	(296.284.072)	(290.383.293)	5.304.063.164
Debêntures	Bruto 31/12/2023	1.230.783.031	122.167.864	(61.401.847)	(40.095.225)	1.253.539.313
<b>Total</b>		<b>6.574.552.835</b>	<b>669.128.589</b>	<b>(357.685.919)</b>	<b>(330.478.518)</b>	<b>6.557.602.477</b>

Financiador	Saldo inicial	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final
BNDES	Bruto 31/12/2022	5.375.030.151	545.298.256	(298.244.179)	(278.314.425)	5.343.769.803
Debêntures	Bruto 31/12/2022	1.197.114.877	117.132.653	(59.947.220)	(25.602.768)	1.230.783.032
<b>Total</b>		<b>6.572.145.028</b>	<b>662.430.909</b>	<b>(358.191.399)</b>	<b>(303.917.193)</b>	<b>6.574.552.835</b>

c. BNDES: Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000, indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para os

do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(11.042.334)	(10.782.721)
Reversos	331.766	-
Complemento de provisão	(57.256.092)	(259.612)
<b>Saldo final</b>	<b>(67.966.660)</b>	<b>(11.042.333)</b>

**9.1 Política contábil:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes a construção e operação da linha de transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de construção e operação da linha de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

#### 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</b>		
IRPJ saldo negativo (i)	71.778.549	56.087.649
CSLL saldo negativo (ii)	4.722.710	15.219.268
IRRF a recuperar	11.563	11.562
CSLL a recuperar	72.700	-
<b>Total</b>	<b>76.585.522</b>	<b>71.318.479</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Outros impostos a recuperar</b>		
IRRF retido de clientes	796.394	753.848
INSS	707.806	707.806
PIS a recuperar	153.988	73.390
COFINS a recuperar (ii)	700.502	329.259
Outros	332.454	313.378
<b>Total</b>	<b>2.691.144</b>	<b>2.177.681</b>

(i) Variação refere-se à composição do saldo negativo do exercício de 2023 e atualizações monetárias dos créditos da Companhia. (ii) Movimentação decorrente de créditos de insumos que serão utilizados no exercício de 2025.

#### 11. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	1.428.753.606	1.378.972.692
Não circulante	11.703.650.973	11.563.623.321
<b>Total</b>	<b>13.132.404.579</b>	<b>12.942.596.013</b>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim apresentada:

	12.942.596.013
Receita de O&M (i)	318.511.675
Receita de remuneração (ii)	1.593.422.516
Recebimentos (iii)	(1.698.944.198)
Adiantamentos pré-operacionais (iv)	(23.181.427)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>13.132.404.579</b>
Circulante	1.428.753.606
Não circulante	11.703.650.973
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>12.737.007.182</b>
Receita de O&M (i)	306.465.060
Receita de remuneração (ii)	1.565.794.510
Recebimentos (iii)	(1.638.587.153)
Adiantamentos pré-operacionais (iv)	(28.083.586)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>12.942.596.013</b>
Circulante	1.378.972.692
Não circulante	11.563.623.321

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2023. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual. (iii) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador. (iv) Movimentação em 2024 se refere a quitações de adiantamentos pré-operacionais conforme emissão das notas. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **11.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

#### 12. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para encerramento de obra (i)	60.556.422	71.823.818
Fornecedores relacionados à construção (i)	2.571.459	24.803.570
Gastos ambientais e fundiários	751.026	220.321
Prestadores de serviços	3.653.150	2.422.064
Almoxarifado	1.463.578	1.935.027



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

subcrédito C. Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000 junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros. Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 1.237.447 junto ao BNDES. Os subcréditos A e B serão pagos em 268 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042. Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito "C" no valor de R\$ 1.107.735 junto ao BNDES. O subcrédito "C" será pago em 199 parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencida em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038. **d. Debêntures:** Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 2 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000.000, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a. As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. **e. Garantias** - Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. - Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. - Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida. - Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto. Mediante o *completion* físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento junto ao BNDES foi liberada em fevereiro de 2022 e a garantia fidejussória adicional atrelada à 7ª emissão de debêntures da Companhia foi liberada em abril de 2022. As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas. **f. Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato de Financiamento com o BNDES e Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, que deve ser igual ou superior a 1,3. Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

<b>A) Geração de Caixa</b>	<b>1.405.970.275</b>
(+) EBITDA	1.482.296.964
(-) Pagamento de IR + CS	(76.326.689)
<b>B) Serviço da Dívida</b>	<b>688.164.437</b>
(+) Amortização de dívida	330.478.518
(+) Pagamento de juros	357.685.919
<b>Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)</b>	<b>2,0</b>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados, conforme balanço regulatório:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	542.014.328
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	568.281.412
(+/-) Resultado de equivalência	-
(+) Depreciações e amortizações	315.076.897
(+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment	56.924.327
(+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	-

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato, deve ser igual ou superior a 20%, com base no balanço regulatório conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	1.594.731.562
Ativo Total (B)	8.341.842.866
<b>Índice de Capitalização (A/B) (i)</b>	<b>19%</b>

(i) O atingimento do Índice de Capitalização igual ou acima de 20% é um dos critérios para o pagamento de dividendos acima de 25% do lucro líquido. Não sendo atendido, quaisquer pagamentos acima do limite indicado só poderão ocorrer após avaliação e anuência do credor. Tendo em vista que o Índice de Capitalização ficou abaixo dos 20%, será solicitada anuência do BNDES caso a Companhia proponha dividendos acima de 25% do lucro líquido de 2024.

**g. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):**

	<b>Amortização</b>
2026	401.584.291
2027	425.361.744
2028	473.657.341
2029 - 2034	4.879.270.104
<b>Total</b>	<b>6.179.873.480</b>

#### 14. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(1.625.306.957)</b>	<b>(1.464.730.288)</b>
IRPJ e CSLL Diferidos Ativo (prejuízo fiscal)	14.333.319	46.179.294
IRPJ Diferido Passivo	(1.206.240.157)	(1.110.962.928)
CSLL Diferida Passiva	(433.400.119)	(399.946.654)
<b>PIS e COFINS diferidos - Passivo</b>	<b>(1.214.747.422)</b>	<b>(1.195.045.849)</b>
PIS DIFERIDO	(216.684.676)	(213.170.341)
COFINS Diferido	(998.062.746)	(981.875.508)
<b>Total Impostos diferidos</b>	<b>(2.840.054.379)</b>	<b>(2.659.776.137)</b>

Variações dos tributos diferidos ativos e passivos são as seguintes:

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>46.179.294</b>	<b>(2.705.955.431)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(19.701.574)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(31.845.975)	(126.379.749)
Efeitos que não impactaram o resultado IR e CSLL diferidos	-	(2.350.944)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>14.333.319</b>	<b>(2.854.387.698)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>106.138.916</b>	<b>(2.535.463.106)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(21.614.697)
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(59.959.622)	(148.877.628)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>46.179.294</b>	<b>(2.705.955.431)</b>

**14.1 Política contábil:** Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis, impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCP 05 - orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) - arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

#### 15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

**Contingências prováveis (provisionadas):** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Cíveis	102.423	-
Trabalhistas (i)	439.822	1.647.720
Servidões (ii)	411.974	206.015
Fiscais	519.481	387.937
<b>Total</b>	<b>1.473.700</b>	<b>2.241.672</b>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada da seguinte forma:

	<b>Trabalhistas</b>		<b>Servidões</b>	
	<b>Cíveis</b>	<b>(i) Fiscais</b>	<b>(ii)</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	<b>1.647.720</b>	<b>387.937</b>	<b>2.035.657</b>
Adições e (reversões), líquidas	75.800	(1.215.623)	104.355	157.918 (877.550)
Atualizações monetárias	26.623	8.057	27.188	48.041 109.900
Pagamentos	-	(331)	-	(331)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>102.423</b>	<b>439.823</b>	<b>519.480</b>	<b>1.061.726</b>

	<b>Trabalhistas</b>		<b>Servidões</b>	
	<b>Cíveis</b>	<b>(i) Fiscais</b>	<b>(ii)</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>770.502</b>	<b>1.842.167</b>	<b>194.018</b>	<b>2.806.687</b>
Adições e (reversões), líquidas	(590.502)	(170.942)	130.879	206.015 (424.550)
Atualizações monetárias	-	7.395	63.040	70.435
Pagamentos	(180.000)	(30.900)	-	(210.900)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	-	<b>1.647.720</b>	<b>387.937</b>	<b>2.035.657</b>

(i) Movimentação decorrente da reversão da provisão do processo 0011204-52.2022.5.03.0134 no valor de R\$ 1.116.712, decorrente de resultado favorável a XRTE em 2024. (ii) Movimentação decorrente da reversão da provisão do processo 5001728-98.2022.8.13.0028 no valor de R\$ 206.015, decorrente de resultado favorável a Companhia em 2024. Os dados a seguir detalham as principais causas de natureza cíveis, trabalhistas, fiscais e de servidões cujas expectativas de perdas estão classificadas como provável.

#### Descrição dos processos de naturezas cíveis

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Número do Processo:</b> 5000388-75.2019.8.13.0303	102.423	-

**Autor:** SGR  
1) Trata-se de uma Ação de cobrança por danos provocados pela utilização da propriedade do autor para realizar serviços, causados por empresa subcontratada da Sepco1

**Situação atual:** Após julgamento virtual, os Autos foram encaminhados ao 2º grau, e recebidos pelo Relator, onde não foi dado provimento à Apelação interposta pela SEPCO1

**Movimentação do período:** A requerida reconhece claramente que realmente causou prejuízos ao requerente, razão pela qual ingressa com a presente ação. O Autor requer (i) indenização valor de R\$ 75.800; (ii) indenização por danos morais a ser arbitrado pelo Juízo. Apresentada a Contestação e decorrida a instrução probatória com realização de pericia, as partes concordaram com o julgamento antecipado do feito. Tal movimentação ocasionou a alteração do prognóstico de perda de possível para provável.

#### Descrição dos processos de naturezas trabalhistas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Número do Processo:</b> 0000471-22.2019.5.19.0058	216.883	194.398

**Autor:** J.A.S  
1) Reclamação Trabalhista movida por ex-funcionário da Incomisa.

**Situação atual:** Processo está em fase recursal aguardando julgamento.  
**Movimentação do período:** Sentença procedente em parte, determinada a responsabilidade subsidiária.

#### Descrição dos processos de naturezas fiscais

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Número do Processo:</b> 0001221-03.2019.8.27.2725	398.554	369.691

**Autor:** MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS  
1) Trata-se de Execução Fiscal promovida pelo Município de Miracema do Tocantins, cobrando o valor inscrito em dívida ativa no valor total de R\$ 287.904 Embargos à Execução Fiscal 0001987-56.2019.8.27.2725

**Situação atual:** O processo está em fase de conclusão, aguardando retorno do juízo

**Movimentação do período:** Foi proferido Despacho determinando a intimação do Município para falar sobre a nossa impugnação à CDA. Foi certificado a ausência de manifestação do município e os autos foram enviados para conclusão.

#### Descrição dos processos de naturezas de servidões

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Número do Processo:</b> 0022558-94.2018.8.19.0077	284.294	-

**Autor:** XINGU RIO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
1) Processo Fundiário Constituição de servidão: MV10-P08 Área: 0,80431 Torres: - Trecho: 500KV

(ii) Situação atual: O processo está em vias finais, com a empresa já tendo garantido um acordo para pagamento.

**Movimentação do período:** Deferida a imissão na posse. Posteriormente após interposição de recurso pela outra parte, teve julgamento dos embargos de declaração. E com isto foi proposto o acordo para chegar as vias finais do processo. Tal movimentação ocasionou a alteração do prognóstico de perda de remoto para provável.

**Contingências possíveis (não provisionadas):** As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, fundiárias, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Cíveis (i)	599.027	768.098
Trabalhistas (ii)	1.381.118	435.334
Fiscais (iii)	10.294.311	10.803.251
Ambientais (iv)	623.057	557.974
<b>Total</b>	<b>12.897.513</b>	<b>12.564.657</b>

(i) **Processos Cíveis** - A variação na contingência decorreu substancialmente do encerramento de quatro processos, a saber, 5002630-36.2019.8.13.0261, 0006028-97.2019.8.19.0006, 5001491-27.2019.8.13.0042 e 0010260-86.2020.5.03.0080. Atualmente o processo mais relevante que compõe o saldo é o 0003658-16.2020.8.27.2714 (R\$ 351.647 em 31/12/2023 e R\$ R\$ 358.693 em 31/12/2024) que trata de ação decorrente de um processo administrativo fundiário. (ii) **Processos Trabalhistas** - O risco é composto por reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados internos e de Companhias terceirizadas, nas quais se discute o pagamento de verbas contratuais legais e seus reflexos. A movimentação é decorrente da inclusão do processo 0000471-22.2019.5.19.0058 no valor de R\$ 498.667 que em 2023 apresentava risco remoto. (iii) **Processos Fiscais** - Referem-se a cobranças de ISS e ICMS apresentadas por Municípios decorrentes principalmente da implantação de torres nas referidas localidades e que não são reconhecidas pela companhia. As principais ações nas quais esses temas são discutidos são as seguintes: Processos número 0000470-05.2022.8.27.2727 (R\$ 2.314.797 em 31/12/2023 e R\$ 2.497.093 em 31/12/2024), 0001047-85.2019.8.27.2727 (R\$ 1.693.955 em 31/12/2023 e R\$ 457.210 em 31/12/2024). Adicionalmente aos processos de cobrança de ISS e ICMS há o processo 13031.314342/2021-21 (R\$ 4.011.192 em 31/12/2023 R\$ 4.407.912 em 31/12/2024 , que trata-se de lançamento relativo ao IRRF supostamente devido e não recolhido pela XRTE em decorrência da 1ª, 2ª e 5ª emissões de debêntures gerenciada por instituições financeiras, bem como lançamento de relativo à diferença da CIDE não recolhida em decorrência da não inclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte em sua base de cálculo. (iv) **Processos Ambientais** - O risco é composto por ações que estão em curso, nas quais se discute o pagamento de autos de infração. O aumento decorre da atualização monetária desses processos ambientais. As principais causas são 02015.004529/2019-87 (R\$ 208.116 em 31/12/2023 e R\$ 231.874 em 31/12/2024) e 02015.004527/2019-98 (R\$ 208.116 em 31/12/2023 R\$ 231.874 em 31/12/2024). **15.1 Política contábil:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.291.001.000. Em 11 de setembro de 2024 foi assinado contrato de compra e venda de ações entre a International Grid Holdings Limited (IGHL) e a State Grid Brazil Holding (SGBH), onde todas as ações de titularidade da IGHL nas empresas afiliadas do Grupo foram transferidas para a SGBH, a qual se retirou do quadro de acionistas das sociedades, com a consequente conversão das empresas afiliadas do Grupo em subsidiárias integrais da SGBH. O valor do pagamento foi calculado com base no capital social, onde a SGBH pagou

para a IGHL o valor referente a 1 ação nominativa a R\$ 1,00 cada uma, totalizando o valor de R\$ 1,00. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
State Grid Brazil Holding S.A.	100%	99,99%
International Grid Holdings Limited	-	0,01%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**b. Reserva Legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 2.125.770,476 e R\$ 2.161.618.126, respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante R\$ 131.380.715 em 31 de dezembro de 2023. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 209.067.514. **e. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Lucro líquido do exercício	756.155.130	778.850.170
Reserva legal (5%)	(37.807.756)	(38.942.509)
Incentivos fiscais SUDAM	(77.686.799)	(73.130.255)
Base de cálculo para os dividendos	<b>640.660.575</b>	<b>666.777.406</b>
<b>Dividendo mínimo obrigatório (1%) (ii)</b>	<b>6.406.606</b>	<b>6.667.774</b>

Juros sobre capital próprio (i) - (15.508.132)

(i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referente a competência de 31/12/2023, foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022. (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023. Abaixo demonstramos o fluxo de aprovação da distribuição de dividendos adicionais e intermediários e juros sobre capital próprio em 2024 e 2023:

	<b>Dividendos pagos em 2024</b>	<b>Dividendos pagos em 2023</b>	<b>JCP Líquido pago em 2023</b>
<b>Órgão aprovador</b>	<b>Data</b>	<b>em 2024</b>	<b>em 2023</b>
AGO	04/04/2024	654.101.619	-
*RCA	14/10/2024	16.000.000	-
*RCA	20/07/2023	-	109.059.033
AGE	21/12/2023	-	13.181.912
<b>Total</b>		<b>670.101.619</b>	<b>109.059.033</b>
			<b>13.181.912</b>

\*Tendo em vista o saldo acumulado da conta reserva de lucros existente na Companhia, os membros do Conselho da Administração deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas da Companhia.

#### 17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<b>31</b>
--	-----------



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Telecomunicação	(475.779)	(399.194)
Despesas com viagens	(479.221)	(755.186)
Outras (iv)	2.698.473	(2.801.656)
<b>Total</b>	<b>(119.709.603)</b>	<b>(64.842.802)</b>

(i) Variação refere-se à contratação de funcionários para cargo administrativos e dissídio. (ii) Variação refere-se à redução do valor do contrato de aluguel com a SGBH. (iii) Variação refere-se a reversão da provisão do processo 0011204-52.2022.5.03.0134, para maiores informações vide nota 15, e provisão para perda de crédito esperada de R\$ 56.924.337 a maior que em 2023, para maiores informações vide nota 9. (iv) Variação decorrente da baixa de saldo de fornecedores decorrente de avaliação em conjunto com os fornecedores que o saldo não é mais devido.

#### 20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	105.016.732	72.041.284
Receitas de aplicações financeiras (i)	89.915.297	67.570.003
Outras receitas financeiras (ii)	20.245.064	7.987.801
Tributos sobre receitas financeiras	(5.143.629)	(3.516.520)
Despesas financeiras	(673.298.144)	(666.784.942)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(357.869.917)	(355.359.996)
Atualizações TJLP	(250.765.596)	(249.481.925)
Variações monetárias	(60.493.076)	(57.588.973)
Custo de transação a amortizar	(2.085.490)	(2.085.490)
Multas e acréscimos moratórios	(230.336)	(333.998)
IOF, comissões e taxas	(22.531)	-
Outras despesas financeiras	(1.831.198)	(1.934.560)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(568.281.412)</b>	<b>(594.743.658)</b>

(i) Resultado refere-se ao aumento da disponibilidade de caixa ao longo do período que foi revertido para aplicações ao longo de 2024 quando comparado com 2023. (ii) Variação é decorrente da atualização monetária sobre IRPJ e CSLL pagos a maior em 2021, 2022 e 2023, recuperados em 2024.

#### 21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.029.592.814	1.053.202.217
Adições/Exclusões não dedutíveis	78.141.795	15.366.711
Ajustes ICPC 01	(440.834.224)	(464.920.541)
Juros s/ Capital Próprio	-	(15.508.132)
Outros	(2.415.888)	(2.327.501)
<b>Lucro Real</b>	<b>664.484.497</b>	<b>585.812.754</b>
Compensação PF/BN (30%)	(93.990.753)	(178.552.652)
<b>Lucro Real (Após Compensação)</b>	<b>570.493.744</b>	<b>407.260.102</b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(142.599.436)	(101.791.026)
Inc. Fiscais	78.801.525	73.329.064
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<b>(63.797.911)</b>	<b>(28.461.962)</b>
<b>CSLL (9%)</b>	<b>(51.672.748)</b>	<b>(37.052.836)</b>
IR e CS correntes	(115.211.960)	(65.514.797)
IR e CS diferidos	(158.225.724)	(208.837.250)
<b>Total</b>	<b>(273.437.684)</b>	<b>(274.352.047)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>25%</b>	<b>26%</b>

**21.1 Política contábil:** A tributação dos impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos são feitas pela sistemática do Lucro Real e considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

#### 22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

##### 22.1 Ativo

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Contas a receber - partes relacionadas</b>	<b>638.541</b>	<b>424.663</b>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	595.533	412.097
Intercompany BMTÉ - despesas de pessoal	-	12.566
Intercompany CTE - despesas de pessoal	12.376	-
Intercompany GATE - despesas de pessoal	27.927	-
Intercompany LTMC - despesas de tributos	1.513	-
Intercompany LTMC - despesas de pessoal	1.192	-

##### 22.2 Passivo

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fornecedores - partes relacionadas</b>	<b>19.665.674</b>	<b>19.478.332</b>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	19.564.444	18.716.924
Serviços de engenharia CET Brazil (ii)	-	718.808
Serviços de engenharia XPTT Brasil	-	42.600
Serviços de engenharia SGSE (iii)	65.270	-
Aluguel (iv)	16.200	-
Intercompany SGBH - despesas de seguro	19.760	-
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>6.406.606</b>	-

##### 22.3 Resultado

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado - partes relacionadas</b>	<b>77.284.705</b>	<b>68.535.602</b>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	77.479.105	70.915.689
Aluguel (iv)	(194.400)	(2.380.087)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas a variação do período é referente a maior apropriação decorrente a um maior período de aplicação da norma. (ii) Variação decorrente da baixa da retenção contratual com a CET Brazil. (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE") é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. A Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D. (iv) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

**22.4 Remuneração da Administração (pessoal-chave):** As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Valores reconhecidos no resultado</b>		
<b>Remuneração fixa e variável (*)</b>		
Salário	(7.515.393)	(6.270.319)
Benefícios diretos e indiretos	(1.652.370)	(1.057.610)
Encargos	(3.520.838)	(3.075.819)
Provisões (13º salário, férias e bônus)	(4.804.145)	(3.952.174)
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>(17.492.746)</b>	<b>(14.355.922)</b>

(\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

**22.5 Política contábil:** Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um

preço em contrapartida. Remuneração inclui todos os benefícios a empregados e administradores (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados), inclusive os benefícios dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. Os benefícios a empregados são todas as formas de contrapartida paga, a pagar, ou proporcionada pela entidade, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados. Também inclui a contrapartida paga em nome da controladora da entidade em relação à entidade.

#### 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Exceto conforme detalhado no item 23.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros (mensurados ao valor justo, exceto os saldos de caixa e bancos) da Companhia estão classificados hierarquicamente no Nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **23.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de caixa	7	217.483.607	534.300.930
Títulos e valores imobiliários	8	749.685.454	391.481.263
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	9	179.957.679	193.787.114
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	638.541	424.663
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Fornecedores - terceiros	12	70.555.585	106.898.626
Fornecedores - partes relacionadas	22.2	19.665.674	19.478.332
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	6.557.602.477	6.574.552.835

**23.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo:** Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo. Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo: • Saldo contábil: R\$1.253.539.313; • Cálculo valor justo: R\$ 1.283.457.760. A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **23.3 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a. Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não

31/12/2024	Valor contábil	Total	Até 12 meses	1-2 anos	2-4 anos	Mais que 4 anos
Fornecedores Terceiros	70.555.585	70.555.585	70.555.585	-	-	-
Fornecedores Partes relacionadas	19.665.674	19.665.674	19.665.674	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.557.602.477	16.577.730.450	720.746.658	800.547.614	1.644.852.824	13.411.583.354

**23.4 Política contábil: Ativos financeiros: Classificação e mensuração -** Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. • **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas".

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
XRTE-UHV-2024-ABGR	HITACH	Fornecimento de bomba de óleo, SF6 Density e transdutor de sinal	26/11/2024	149.698
XRTE-AD-2023-A804	SEGURPRO	Implementação na barreira perimétrica	20/12/2023	105.025
XRTE-UHV-2024-ABAA	NARI BRASIL	Fornecimento de módulo de RTU	16/09/2024	127.072
XRTE-UHV-2024-ABEL	NARI BRASIL	Fornecimento de materiais específicos	16/09/2024	1.313.880
XRTE-UHV-2024-AC55	GOALAND	Fornecimento de materiais específicos	07/11/2024	401.464
<b>Total</b>				<b>2.097.139</b>

**Cronograma de vencimento**

Em R\$
2025
<b>Total</b>

#### 26. EVENTOS SUBSEQUENTES

**26.1 Xingu-Rio Transmissora de Energia (XRTE):** No dia 22 de janeiro de 2025 ocorreu a queda de torres de transmissão nas proximidades da subestação de energia em Anapu, no Pará, ocasionou o desligamento da linha de transmissão Xingu-Rio Transmissora de Energia (XRTE). O plano de emergência foi acionado e as equipes da XRTE restabeleceram a operação

prática aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b. Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos - Terceiros	6.557.602.477	6.574.552.835

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos dos ativos financeiros da Companhia em 31/12/2024 estabelecida através das variações para os próximos 12 meses considerando a sensibilidade da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 15% e 30% no cenário provável (índices projetados divulgados pelo Bacen).

Base	Cenários Projetados				
	Risco	31/12/2024	Provável	Adverso (+15%)	Remoto (+30%)
Aumento					
Emprestimos do IPCA	6.557.602.477	708.498.737	760.356.949	812.215.161	
		<b>31/12/2024</b>	<b>Provável</b>	<b>15%</b>	<b>30%</b>
		4.84%	4.9957%	5.75%	6.49%

**IPCA**  
**c. Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de caixa	217.483.607
Títulos e valores mobiliários	749.685.454
Contas a receber - Concessionárias e permissionárias	179.957.678
Contas a receber de partes relacionadas	638.541
<b>Total da exposição</b>	<b>1.147.765.280</b>

Os riscos de créditos relacionados as Contas a receber - Concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. Para maiores detalhes sobre a política de PCE (provisão para perda de crédito esperada) vide nota 5.5. O risco de crédito relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Em 31 de dezembro de 2024, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Moody's:

	31/12/2024	31/12/2023
BA1	967.169.061	925.782.193
<b>Total da exposição</b>	<b>967.169.061</b>	<b>925.782.193</b>

**e. Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2024	Valor contábil	Total	Até 12 meses	1-2 anos	2-4 anos	Mais que 4 anos
Fornecedores Terceiros	70.555.585	70.555.585	70.555.585	-	-	-
Fornecedores Partes relacionadas	19.665.674	19.665.674	19.665.674	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.557.602.477	16.577.730.450	720.746.658	800.547.614	1.644.852.824	13.411.583.354

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. • **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

#### 24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

#### 25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo refere-se ao montante total de R\$ 2.097.139. Esses contratos serão pagos conforme montantes realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33



★ continuação

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à complexidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos; (ii) Verificação: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior; (iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); (iv) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; (v) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações

falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

**Luis Claudio França de Araujo**  
Contador CRC RJ-091559/O-4

